
ENUNCIÇÃO

Revista do Programa de Pós-graduação em Filosofia da UFRRJ

Subjetividades negras e pensamento acadêmico ocidentalizado: Experiências de um professor afro-cubano em uma universidade brasileira

*Black subjectivities and westernized academic thought:
Experiences of an Afro-Cuban professor at a Brazilian university*

Pedro Alexander Cubas Hernández*

Resumo: Os programas de estudo das ciências sociais e humanas em várias universidades da América Latina ainda estão longe de resolver uma pendência importante: dar um espaço maior às vozes dos sujeitos negros nas disciplinas dos cursos de história, sociologia, filosofia e antropologia, por citar quatro casos. Enquanto as bases epistemológicas continuarem enraizadas nos saberes eurocêntricos a empreitada para subverter essa lógica será mais difícil. Encargos didáticos como Teorias da História, Historiografia ou Metodologia Científica são exemplos-chaves de um pensamento acadêmico ocidentalizado, que está sendo sustentado em e através de códigos epistêmicos emitidos pelo espaço de poder branco denominado Norte. Considera-se crucial a existência de vários lugares de enunciação das subjetividades negras no pensamento acadêmico produzido na diáspora africana da América, pois temos um direito humano ao conhecimento da nossa verdade histórica. Para ressignificar o ensino da história podemos propor como saída reler e reinterpretar as Teorias da História e a Historiografia por meio das contribuições de autores africanos e outros nascidos na diáspora.

Palavras-chave: Subjetividades negras, pensamento acadêmico ocidentalizado, Professor afro-cubano.

* Licenciado em História e Mestre em Estudos Interdisciplinares sobre América Latina, o Caribe e Cuba - Universidad de la Habana (UH, 1996; 2002), Doutor em Estudos Étnicos e Africanos pelo Centro de Estudos Afro-Orientais/Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas/Universidade Federal da Bahia (CEAO/FFCH/UFBA, 2011). Professor Adjunto da Universidad de la Habana (UH, 2003-2007), professor Titular I na Faculdade Ateneu, Fortaleza-Ceará (FATE, 2012-2016). Atualmente sou Professor Adjunto Classe II, Instituto de Ciências Humanas e Sociais na Universidade Federal de Rondonópolis (ICHS/UFR). <https://orcid.org/0000-0001-9005-6857> E-mail: pedro.hernandez@ufr.edu.br.

**Subjetividades negras e pensamento acadêmico ocidentalizado:
Experiências de um professor afro-cubano em uma universidade brasileira**

***Abstract:** Study programs in Social Sciences and Humanities at many Latin American universities have not yet resolved an important question: promote more voices of black subjects in history, sociology, philosophy and anthropology courses. As long as epistemological bases remain rooted in Eurocentric knowledge, it will make difficult the struggle to subvert this logic. Didactic challenges like Theories of History, Historiography or Scientific Methodology are examples of a Westernized academic thought supporting in and through epistemic codes diffused since white power space named North. It is very important to have several locus of enunciation of black subjectivities in academic thought produced in the African diaspora of America, because we have the human right to know our historical truth. Thinking about reframing the teaching of history, we suggest other ways of reading and interpreting Theories of History and Historiography with contributions from African and afro-descendant authors.*

Keywords: *Black subjectivities, Westernized academic thought, Afro-Cuban professor.*

Na história, é claro, o Negro não tinha lugar neste currículo. Ele foi retratado como um ser humano de ordem inferior, incapaz de sujeitar a paixão ao motivo e, portanto, útil apenas quando fez a escultura de madeira e baldes de água para outros (...)¹.

Introdução: Universidade como núcleo do pensamento acadêmico ocidentalizado

Os programas de estudo das ciências sociais e humanas em várias universidades da América Latina ainda estão longe de resolver uma pendência importante: dar um espaço maior às vozes dos sujeitos negros nas disciplinas dos cursos de história, sociologia, filosofia e antropologia, por citar quatro casos. Sabemos que há séculos na Europa medieval foi concebido um modelo de Universidade inicialmente como um espaço de associação de homens de ciência e humanistas. Hoje chamamos esse ambiente acadêmico de ensino superior, onde se ministram conteúdos considerados importantes para serem aprendidos e também se produzem conhecimentos por meio de pesquisas, que contribuem com o processo de ensino e aprendizagem. Mesmo depois de tantos séculos e dos avanços relevantes na concepção de Universidade no mundo todo, não podemos deixar de dizer que ainda mantêm o espírito da sua criação, que possui matizes sociais, políticos e religiosos. Quer dizer, a Universidade de hoje continua a se enxergar na prática como uma comunidade de magistério superior que funciona como uma *Alma Mater*, que coloca a categoria de professores como eixo mais importante na hierarquia interna correspondente à geração de saberes.

¹ WOODSON, Carter G. *A deseducação do negro*. São Paulo: Medu Neter Livros, 2018, p. 39.

Esse espírito de criação pode ser visualizado e pensado desde seus símbolos, isto é, os brasões. Na Universidade de Havana, onde me formei como Bacharel e Mestre no curso de História, observa-se que o emblema oficial continua lembrando o seu nome de fundação no século XVIII (1728) quando Cuba ainda era colônia da Espanha: *Real y Pontificia Universidad de San Gerónimo de la Habana*. A imagem desse santo católico, cuja postura dá valor ao estudo e à pesquisa, junto aos signos do catolicismo como o *Agnus Dei*, são uma amostra da presença de um passado considerado pouco grato (mas conveniente) nessa instituição universitária que após 1959 está dominada por atitudes ateístas, que ainda hoje pretendem se disfarçar de laicas.

No Brasil, completei a minha formação superior na Universidade Federal da Bahia (UFBA) obtendo um Doutorado. Além disso, tive a oportunidade de conhecer outras instituições, como a Universidade de São Paulo (USP) e comecei a trabalhar na Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Percebe-se que nos brasões de tais entidades está a marca eurocêntrica e universalizante. Enquanto o brasão da USP tem como protagonista a imagem do Apóstolo São Paulo e apresenta o slogan *Scientia Vincet*, os emblemas da UFBA e da UFMT exibem signos com traços regionais e defendem os slogans *Virtute Spiritus* e *Virtus et Sapientia* respectivamente. Enfim, esses são os caminhos em forma de episteme que propõem ditas universidades brasileiras em prol de um colonialismo mental: “vencerás pela ciência” ou “a ciência conquistará” (USP); “o poder do espírito” ou “a força do espírito” (UFBA) e “virtude e sabedoria” (UFMT).

Essas visões eurocêntricas expressas em latim continuam influenciando nos currículos de cada carreira universitária. Hoje no caso das ciências sociais e humanas está sendo travada uma luta, embora promovida por setores minoritários, em prol de descolonizar a Universidade. O grande alvo é a crítica ao pensamento acadêmico ocidentalizado e a emergência das subjetividades negras produtoras de conhecimento, que é só uma das pontas de lança nesta empreitada. Neste ensaio tenho como objetivos expor três ícones do pensamento acadêmico ocidentalizado, explicar duas linhas-chaves da crítica de cientistas latino-americanos a esse tipo de raciocínio eurocêntrico e analisar em que medida as subjetividades negras, conduzidas pela minha experiência, constituem uma proposta que encara a racionalidade dominante em uma universidade brasileira.

Apontes sobre o pensamento acadêmico ocidentalizado: três ícones a debater

A carreira de História poderia ser considerada como a mais completa dos cursos que correspondem ao quadro das denominadas ciências humanas. Defendo essa ideia devido a essa capacidade tão grande que a Ciência Histórica tem para dialogar com saberes não somente da sua própria categoria e com as ciências sociais, mas também a intencionalidade de ultrapassar suas fronteiras para criar interfaces interessantes com as Ciências Naturais e Formais. Por exemplo, se pensamos na concepção heliocêntrica de Nicolau Copérnico é possível perceber a vontade de um homem de ciência em conhecer a profundidade o mundo em que estava vivendo. O resultado da sua atividade intelectual de vários anos (1506 – 1531) foi o tratado: *De revolutionibus orbium coelestium* [*Sobre as revoluções das esferas celestes*], publicado em 1543. Nessa obra, Copérnico explicou como o mundo e o planeta Terra são esféricos com movimentos uniforme, circular, constante e, além disso, afirmou que existem outros movimentos. Esses e outros novos resultados de pesquisa – conseguidos por meio de observações, reflexões e deduções – o condicionaram a refutar com firmeza as concepções dos sábios e cientistas da antiguidade, como Aristóteles e Claudio Ptolomeu, que argumentavam a condição do planeta Terra como o centro do Universo. Naquela época, Aristarco de Samos erguia-se com seus critérios sobre o lugar central do Sol, que muitos séculos mais tarde Copérnico conseguiu demonstrar sua veracidade.

No capítulo 10 do Livro Primo², Copérnico explicou a ordem das sete esferas celestes, representadas como círculos concêntricos, das quais só seis (numeradas nessa série: II. Saturno, III. Júpiter, IIII. Marte³, V. A Terra, VI. Vênus e VII. Mercúrio, ou seja, os planetas do sistema solar que até aquele instante eram conhecidos) descrevem um movimento rotatório e de translação ao redor do Sol (o eixo), que o autor definiu como revolução. Nesse sentido, afirmou que:

² Essa obra está estruturada em seis livros escritos em latim: Livro Primo (14 capítulos); Livro Segundo (14 capítulos); Livro Tercio (26 capítulos); Livro Cuarto (32 capítulos); Livro Quinto (36 capítulos) e Livro Sexto (9 capítulos).

³ Respeita-se a grafia daquela época no que tange ao quatro (04) como número romano. Além disso, a primeira esfera das estrelas fixas foi considerada por Copérnico como imóvel. Mas, a considerou importante por ser o lugar do universo, em relação ao qual o movimento e a posição de todos os outros astros estão localizados. COPERNIC, Nicolas. *De revolutionibus orbium caelestium/Des révolutions des orbis celestes*. Paris: Les Belles Lettres, 2015. p. 30; 32.

**Subjetividades negras e pensamento acadêmico ocidentalizado:
Experiências de um professor afro-cubano em uma universidade brasileira**

(...) C'est ainsi, assurément, que le Soleil, assis comme sur un trône royal, gouverne la famille des astres qui tourne autour de lui. La Terre elle-même n'est nullement privée des services de la Lune; au contraire, comme le dit Aristote traitant des animaux, la Lune a la plus étroite parenté avec la Terre. Cependant, *c'est sous l'action du Soleil que la Terre conçoit, et que chaque année elle met au monde*⁴.

Copérnico não poupou elogios ao Astro Rei reproduzindo frases do cotidiano popular, tais como “a lâmpada do mundo”, “inteligência do mundo”, “governador do mundo” assim como outras proferidas por personalidades históricas como Hermes Trismegisto, que pensou no sol como um “deus visível”, e Sófocles que na sua tragédia *Electra* aludiu a “aquele que tudo vê”. Copérnico assinalou que a ação solar influi de forma decisiva na Terra, cuja revolução é anual e ainda tem a presença da Lua⁵.

Considera-se fundamental entender que esse sujeito social tinha um lugar de enunciação mediante o qual desenvolveu sua sabedoria dentro de um contexto histórico europeu dominado ideologicamente pela Igreja Católica, cujo dogma não aceitava os critérios de verdade aportados por uma ciência natural, neste caso a astronomia. O trabalho de Copérnico se traduziu na criação de um paradigma da ciência ocidental – ou científico moderno a dizer de Thomas Kuhn, que também o nomeou como revolução copernicana⁶ – e até hoje segue tendo valor como tópico do saber. Mas, o alcance desse logro científico pode ser melhor entendido e contextualizado historicamente seguindo o raciocínio lógico de Kuhn quando analisou que:

Certamente o fracasso da atividade técnica normal de resolução de quebra-cabeças não foi o único ingrediente da crise astronômica com a qual Copérnico se confrontou. Um estudo amplo discutiria igualmente a *pressão social para a reforma do calendário*, pressão que tornou particularmente premente o problema da precessão dos equinócios. A par disso, uma explicação mais completa levaria em consideração a *crítica medieval a Aristóteles, a ascensão do neoplatonismo da Renascença*, bem como outros elementos históricos significativos. (...) ⁷.

Evidentemente, Kuhn nos ajuda a entender que o sucesso da obra de Copérnico teve um significado para além da sua interessante revisão crítica da teoria geocêntrica de Ptolomeu, cujas argumentações achava insuficientes, pois a criação desse novo

⁴ COPERNIC, Nicolas. Op. Cit., p. 32 (grifos meus).

⁵ *Ibidem*.

⁶ KUHN, Thomas. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1994. p. 96-97.

⁷ *Ibidem*, p. 97 (grifos meus).

paradigma por meio de uma revolução científica (que encarou uma crise na astronomia) estava conectada com as contradições sociais, políticas, epistemológicas e religiosas daquela época na Europa.

Enquanto Copérnico, durante a primeira metade do século XVI, pesquisava e produzia conhecimentos, Portugal e Espanha continuavam a se expandir a outros cantos do mundo, dizendo que os descobriram, para obter a posse absoluta de territórios e explorá-los economicamente com as permissões da monarquia e do papado. Desde aí se foi estruturando mais adiante uma equação importante que reforçou uma prática lucrativa definida como mercantilismo. Isto é, o comércio triangular, no qual se articularam Europa, América e África, obviamente, estando os primeiros no topo da hierarquia. Eric Williams soube explicar isso desde uma visão influenciada pelo marxismo e pelos historiadores britânicos, cujo objeto de estudo era o funcionamento do mundo colonial inglês⁸.

A superioridade do indivíduo europeu naqueles lugares americanos e africanos durante o século XVI (e nas centúrias seguintes) se traduzia não somente na força das armas, nas habilidades jurídicas e no ímpeto evangelizador da religião católica, mas também foi preciso criar ocasiões para a negociação (em posições vantajosas) com artimanhas políticas em cada empresa colonizadora instigadas pela vontade de lucrar a qualquer custo.

A modernidade definida desde a perspectiva europeia – expressa com todo tipo de violências nas costas oceânicas dos novos territórios conquistados⁹ – teve um ícone na Astronomia na centúria supracitada. A revolução copernicana era um convite para ver de outra maneira a relação do mundo terrestre com outros astros, fenômenos e estruturas moleculares e atômicas da nossa galáxia conhecida como a Via Láctea. Ao mesmo tempo, observe-se que um movimento cultural de alto nível estético nomeado Renascimento já vinha com a proposta de uma concepção antropocêntrica de inspiração greco-latina no contexto universal, isto é, colocar o homem como centro do universo.

A astúcia política aplicada a essa ideia renascentista foi aportada por Nicolau Maquiavel com a sua obra *Il príncipe* [*O príncipe*], escrita em 1513 e editada em 1532.

⁸ WILLIAMS, Eric. *Capitalism and slavery*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 1944. p. 51-84.

⁹ Refiro-me fundamentalmente aos oceanos Atlântico (África e América) e Pacífico (América).

Naquela época, salienta-se que as temáticas de história política, onde destacavam as grandes personalidades, continuavam sendo de interesse epistêmico. Maquiavel, que dedicou esse livro a Lourenço de Médici, abordou uma figura representativa do poder máximo no intuito de refletir sobre as qualidades que precisava ter para ser a cabeça reitora do Estado. Uma delas era ser ponderado para evitar os excessos de confiança e desconfiança, ou seja, não ser um incauto nem se comportar de uma forma intolerante¹⁰. Nesse sentido, para Maquiavel

Nasce disso uma disputa: se a ele é melhor ser amado do que temido, ou o contrário. Responde-se nem um, nem outro, mas ambos. No entanto, como é difícil estarem juntos, *é muito mais seguro ser temido do que ser amado*, quando há de faltar um dos dois. (...) ¹¹.

Na sequência, Maquiavel complementou essa afirmação sobre como é mais seguro ser temido alegando que isso não significava ser odiado. A partir daí, deixou suas dicas para fugir do ódio: não pegar os bens dos cidadãos e dos súditos, deixar em paz as mulheres deles e agredir aos seus familiares somente quando houver uma justificção conveniente e causa manifesta¹². Observe-se que para Maquiavel o apego aos princípios éticos de bom senso cristão (presentes no decálogo na versão católica, por exemplo: não sentir cobiça pelos bens alheios e não cometer atos impuros como luxúria e adultério) garante que um estadista seja temido como líder e também essa postura sensata tende a afastar as energias ruins do ódio e do desprezo. Assim,

Concluo, portanto, voltando ao ser temido e amado, que, amando os homens segundo a sua vontade, e temendo segundo a vontade do príncipe, deve o príncipe sábio fundar-se naquilo que é seu, não naquilo que é dos outros: *deve somente engenhar-se em fugir do ódio*, como disse¹³.

As explicações de Maquiavel constituem lições de como fazer política desde uma posição inteligente e vantajosa para os interesses de quem tem a posse do poder imerso entre as práticas de crueldade e de piedade. A sapiência diplomática e suas relações humanas com personalidades importantes da península itálica, França e

¹⁰ MAQUIAVEL, Nicolau. *O príncipe*. Petrópolis: Vozes, 2015. p. 74.

¹¹ *Ibidem* (grifos meus).

¹² *Ibidem*, p. 74-75.

¹³ *Ibidem*, p. 76 (grifos meus).

Alemanha lhe permitiram escrever um tratado que sistematiza critérios de verdade direcionadas a um dever ser das relações políticas na condução de um Estado moderno.

A modernidade europeia estava nas mãos das monarquias absolutas, que desde o século XVI andavam se repartindo o denominado Novo Mundo, ou seja, América. Essa forma de governo não estimulava a Maquiavel (reconhecido hoje como um ícone das ciências políticas modernas), mas era a opção dominante na época com a presença imponente de Isabel I, a Rainha de Inglaterra, e de Felipe II, o Rei de Espanha (e outros reinos incluindo Portugal). E depois, no século XVII, o soberano mais influente foi, sem dúvidas, Luís XIV, o Rei da França. Essa centúria é lembrada tanto por uma profunda crise econômica e demográfica na Europa como pelo sucesso da estética barroca nas artes e pela produção de grandes obras literárias escritas em línguas romances. Nesse contexto, a Filosofia trouxe uma nova concepção do mundo por meio de uma contribuição de René Descartes, que em 1637 publicou o texto *Discours de la méthode* [*Discurso do método*]. Essa obra o tornou um ícone do saber.

A filosofia do sujeito de Descartes não teve espaço na análise de Kuhn sobre as revoluções científicas da modernidade europeia, pois ele se mostrou mais interessado “(...) com os momentos decisivos essenciais do desenvolvimento científico associado aos nomes de Copérnico, Newton, Lavoisier e Einstein. (...)”¹⁴. No entanto, Boaventura de Sousa Santos¹⁵ entendeu, desde o seu ponto de vista analítico baseado na frase «todo o conhecimento é autoconhecimento», que Descartes pode ser considerado como um protagonista da revolução científica nas ciências sociais e humanas (especificamente na filosofia), porque escreveu esse livro supracitado, que demonstrou justamente o caráter autobiográfico da ciência.

Descartes afirmou que todos os homens têm a capacidade de julgar e distinguir o que é verdadeiro daquilo considerado como falso e a partir disso podem ser geradas diversas opiniões, que demonstram as diferentes habilidades na hora de se pensar. Nesse sentido, sublinhou que estava apresentando um método para expor de que forma ele procurava conduzir ordenadamente e com paciência a sua razão tratando de reformar seus próprios pensamentos e construir sobre um terreno ideológico da sua total

¹⁴ KUHN, Thomas. Op. Cit., p. 25.

¹⁵ SANTOS, Boaventura de Sousa. “Um discurso sobre as ciências na transição para uma ciência pós-moderna”. In: *Estudos avançados*. São Paulo: Universidade de São Paulo, v. 2, n. 2, 1988, p. 68.

propriedade. Para chegar a esse nível reflexivo tomando a liberdade de duvidar, ele teve que abandonar o seu país e seu velho acervo bibliográfico, ou seja, afastar-se de um caminho comum que lhe foi atribuído por sua família e se isolar em seus pensamentos dentro de um local escolhido por ele para não ser incomodado¹⁶.

Além disso, Descartes propôs construir um método que integrasse aspectos positivos (as vantagens) da lógica, da geometria e da álgebra. Os tópicos-chaves são: a evidência fortalece um critério de verdade; dividir o objeto de estudo para analisá-lo minuciosamente; ordenar o pensamento para avançar no conhecimento desde os objetos mais simples e gerais até os mais complicados no intuito de sintetizar; e depois fazer generalizações em forma de comprovação. Para Descartes era fundamental uma estrutura moral, embora que fosse provisional, para conduzir sua razão. Baseou-se em: seguir as leis e costumes franceses assim como conservar sua religiosidade; manter uma firmeza e segurança nas suas ações e tentar vencer a si próprio; alterar seus desejos e acreditar que estava no comando dos seus pensamentos.¹⁷

Sobre as questões anteriores, Descartes – ciente de que estava exposto ao erro – apontou como primeiro princípio da filosofia que estava procurando o slogan: *Cogito, ergo sum* [Penso, logo sou/existo]. Esse critério de verdade significou que ele se enxergava como um sujeito, cuja essência era pensar e sua natureza inteligente se diferenciava (e não era dependente) da sua índole corporal. Além disso, entendia que para pensar era preciso ser/existir em um contexto, no qual o conhecimento de Deus (e da alma) era o caminho da perfeição. Nesse posicionamento defensor do divino como o verdadeiro, duvidar deixava de ser uma opção viável¹⁸. Descartes estava dando a sua opinião sobre a existência do Criador e a atitude cética ficava para as coisas terrenais.

Pensando no legado cartesiano, Santos criticou a modernidade por reconhecer o homem somente como sujeito epistêmico e não como sujeito empírico. Isso abriu espaço a uma dicotomia sujeito/objeto, que se traduziu nas ciências sociais e humanas em uma questão relativa à produção de conhecimentos através de projetar seres humanos como objetos de estudos. Por isso era preciso a nível metodológico estabelecer

¹⁶ DESCARTES, René. *Discurso del método*. Madrid: Espasa Calpe, 2010. p. 33-40.

¹⁷ *Ibidem*, p. 44-49; 51-54.

¹⁸ *Ibidem*, p. 59-66.

uma distância empírica entre sujeito e objeto, que não funcionava igual em cada campo do saber.¹⁹

A proposta de Descartes forneceu uma explicação racional sobre o sujeito da modernidade pensada desde Europa ocidental em e através de uma postura dualista e dicotômica. Esse discurso cartesiano marcou a filosofia moderna, onde a objetividade não permitia especificar o lugar de enunciação dos sujeitos pensantes e produtores de conhecimentos. Mesmo que Descartes tenha explicado o porquê seu texto foi concebido como discursivo, na prática tem sido interpretado e aplicado como se fosse um tratado mesmo.

Copérnico, Maquiavel e Descartes são três de vários ícones da ciência dos albores da modernidade. Cada um deles encarou dificuldades sociais e existenciais: Copérnico era um clérigo católico, falava alemão e escrevia em latim (a língua culta da época), e mesmo que suas diversas responsabilidades sociais tenham lhe tomado muito tempo da sua dedicação, nunca desistiu de seus objetivos como cientista; Maquiavel teve momentos conturbados, pois em Florença conheceu o glamour, a tortura e o desprezo de todos os lados, mas o seu talento para pensar politicamente se impôs; e Descartes renunciou a uma vida cheia de prazeres e fugiu de uma longa guerra continental (aquela dos Trinta Anos) para se dedicar às ciências. A prática interpretativa unilateral e conveniente das contribuições deles, especialmente de Maquiavel e Descartes, deram espírito de corpo ao pensamento acadêmico ocidentalizado.

Críticas ao pensamento acadêmico ocidentalizado baseadas em 1492

O que hoje está sendo definido como a invasão ibérica/europeia à América, desde a primeira viagem de Colombo em 1492, foi um elemento crucial para o começo da articulação de um ideal eurocêntrico nos discursos e narrativas da modernidade. Nesse sentido, consideram-se interessantes duas linhas de análises críticas desse fenômeno, isto é, um tipo de raciocínio eurocêntrico, formuladas desde Universidades da América. Essas perspectivas teóricas têm sido apresentadas durante as minhas aulas de História da América e Teorias da História.

¹⁹ SANTOS, Boaventura de Sousa. Op. Cit., p. 66-67.

Por uma parte, considera-se relevante a reflexão sobre o eurocentrismo através do fenômeno epistêmico que foi definido por O’Gorman e Rabasa como a invenção da América. Esses autores pesquisaram sobre esse tópico em épocas diferentes quando prestaram atenção a esse assunto controverso que vai na contramão do imaginário europeu favorável ao descobrimento físico e casual da América por Cristovão Colombo.

O’Gorman, por meio da sua perspectiva – considerada historicista e provida das ferramentas do cartesianismo – apontou sua suspeita sobre a aparição histórica da América como um resultado de uma invenção do pensamento ocidental. Assim, para esclarecer essa dúvida primeiro definiu como objeto de estudo a reconstrução da ideia de que América tinha sido descoberta e depois fez um exame crítico sobre as formas de entender esse evento consultando os critérios historiográficos disponíveis nas décadas de 1940 e 1950. O autor publicou três resultados da sua pesquisa nos anos 1951, 1958 (ambos em México) e 1961 (nos Estados Unidos) sendo essa última a mais importante e conhecida²⁰.

As análises sobre o cenário cultural europeu, o processo da invenção da América e a estrutura do Ser de América junto ao sentido da história americana permitem entender as motivações de O’Gorman, pois enfatizou que descobrimento e invenção são termos com significados opostos. Observe-se que ele se mostrou muito interessado no devir histórico da ideia de um acontecimento inventado epistemologicamente ao examinar o *modus vivendi* e o *modus operandi* da história, que revelou o surgimento de um ente histórico imprevisto e imprevisível, além de provocar o advento de outra concepção do mundo tão nova como dinâmica²¹. Desse jeito chegou à conclusão de que:

(...) así como *el proceso inventivo del ser corporal de América puso en crisis el arcaico concepto insular [estrecha, particularista y arcaica] del mundo geográfico*, así, también, *el proceso de la realización del ser espiritual de América puso en crisis el viejo concepto del mundo histórico como privativo del devenir europeo*. Merced a esas dos contribuciones, principalmente ibérica, la primera, anglosajona, la segunda, el hombre de Occidente se liberó de la antigua cárcel de su mundo insular y de la dependencia moral del europeocentrismo de la vieja jerarquía tripartita. En esas dos liberaciones de tan alto rango histórico se finca la grandeza de la invención de América, el doble paso, decisivo e irreversible, en el cumplimiento del programa ecuménico de la Cultura de Occidente. (...) ²².

²⁰ O’GORMAN, Edmundo. *La invención de América: investigación acerca de la estructura histórica del Nuevo Mundo y del sentido de su porvenir*. México: Fondo de Cultura Económica, 1977. p. 1-2.

²¹ *Ibidem*, p. 2.

²² *Ibidem*, p. 65 (grifos meus).

No caso de Rabasa é preciso significar que o contexto de produção e divulgação da sua obra está ligado ao evento cultural, que alcançou um nível internacional, promovido pelo governo de Espanha em prol da comemoração do V Centenário do Descobrimento da América (1492–1992). Naquela época eu era estudante e acompanhei toda a polêmica que gerou esse megaevento anual recheado de atividades culturais. Para alguns, posicionados em uma visão eurocêntrica, não havia problema em continuar aludindo a frase descobrimento; e outros já consideravam inadequado esse termo pela sua intenção colonialista. Assim, começaram a ser proferidas frases como: “encontro entre dois mundos” (politicamente correta), “choque cultural” (legado antropológico); “preponderância de uma cultura sobre outra” e “invasão” (as duas últimas de um corte mais radical, sendo que a segunda é sustentada pelos indígenas). Na verdade, antes, durante e depois de 1992 foram publicadas várias obras sobre dito tema, ou seja, livros, filmes, peças de teatro, etc.

Apesar de mostrar sua simpatia pela tese de O’Gorman, Rabasa indicou os prós e contras que ela tem, especificamente a distinção epistemológica que se estabelece entre as palavras invenção e descobrimento. Rabasa questionou isso, porque consultou outras fontes de maior consistência teórica sobre o termo invenção, que abordam a mitologia, a cultura, o cotidiano e o racismo. Nesse sentido, entendeu que existiam alternativas para aplicar o termo invenção através de aproximações a outros campos de pesquisa como a semiótica, a desconstrução, a análise de discurso e a crítica de representação impulsionados por pensadores pós-estruturalistas interessados na crítica ao discurso colonial desde *corpus* disciplinares como cartografia, literatura, antropologia e história.²³

A combinação de fontes documentais iconográficas e cartográficas como tipos e imagens, que representam a concepção europeia do mundo no século XVI, motivaram a Rabasa no ofício de pensar como foi inventada uma nova região do mundo e em que medida a ficção e a história constituem formas complementares de compreender o Ocidente e América²⁴. Neste sentido, sublinhou que:

²³ RABASA, José. *De la invención de América. La historiografía española y la formación del eurocentrismo*. México: Universidad Iberoamericana, 2009. p. 19-21; 26-28.

²⁴ *Ibidem*, p. 23-24.

La noción de una invención de América que aquí propongo buscaría examinar los fundamentos sobre los cuales los europeos desarrollaron *estrategias para invadir territorios indígenas ajenos*, las categorías y suposiciones que subrayan una *comprensión del contacto como descubrimiento*, y *la posibilidad de revertir la centralidad de la historia europea* al recordar cómo los encuentros que han ocurrido a lo largo de los últimos quinientos años han sido asimétricos, así como *destacar la resistencia de los amerindios*, ya que sabemos que hubo una invención indígena de los europeos durante los contactos tempranos. (...) ²⁵.

O’Gorman e Rabasa expressam duas formas distintas da crítica ao eurocentrismo dentro de um pensamento acadêmico ocidentalizado, que tenta se afastar da lógica colonialista. O’Gorman afirmava que a grandeza da invenção da América pelos europeus contribuiu ao cumprimento do programa ecumênico da cultura ocidental. E Rabasa indicou que os indígenas, com uma atitude de resistência, também fizeram sua própria invenção dos europeus, mas no seu livro essa ideia interessante não parece estar suficientemente desenvolvida, porque as principais fontes analisadas e destacadas nos capítulos são os protagonistas europeus daquela época (Colombo, Hernán Cortés e Gonzalo Fernández de Oviedo). Portanto, Tanto O’Gorman como Rabasa, apesar das suas críticas ao colonialismo, não conseguem escapar do fantasma eurocêntrico, pois não chegaram a levantar argumentações, que poderíamos considerar radicais se comparadas com outras que apresentarei em breve.

Por outra parte, o eurocentrismo também pode ser analisado desde perspectivas que apontam os impactos da conquista/invasão nos povos originários da América e o legado da presença dos invasores/conquistadores/colonizadores espanhóis, que incluem outros grupos étnicos de outras partes do mundo, haja vista que uma parte deles foi sequestrada e trazida forçosamente para ser escravizada. Enrique Dussel e Aníbal Quijano nos ajudam a refletir sobre ditas questões dentro dos estudos pós-coloniais americanos (onde também poderia ser inserido Rabasa).

Para raciocinar sobre eurocentrismo, pensado como expressão de superioridade, e da falácia desenvolvimentista, Dussel baseou o seu discurso crítico naquilo que definiu de «mito da modernidade», que consiste na prática do sujeito moderno europeu ao vitimar e culpar pela situação colonial os inocentes indígenas e negros, cujo sofrimento é interpretado como um sacrifício ou custo necessário da modernização.

²⁵ *Ibidem*, p. 25 (grifos meus).

Assim, defende-se um sentido emancipador da razão moderna desde uma subjetividade europeia, que sempre se sente inocentada de seus constantes crimes para os quais tem pronta a justificativa de que o feito em outras partes do mundo é importante e meritório.²⁶

Considera-se interessante essa distinção conceitual que Dussel propôs entre quatro termos – todos eles concebidos como figuras históricas no sentido alemão – invenção, descobrimento, conquista e colonização. Assim, dialogando com O’Gorman, Dussel apresentou nessa ordem lógica como uma leitura histórica iniciada por Colombo, o inventor do Ser asiático da América. Na sequência, falou do trabalho de Amerigo Vespucci para demonstrar cartograficamente que tinha sido descoberta uma nova massa continental, fato constatado anos depois pela culminação da viagem intercontinental de Juan Sebastián Elcano (um dos subordinados de Fernão Magalhães, morto no percurso). Ato seguido, explicou o porquê de reconhecer a Cortés como o ícone do conquistador (*ego conquiro*). Finalmente, analisou profundamente os significados do ato de colonizar sem personalizar como fez nos casos anteriores, pois não se tratava de experiências existenciais, quase científicas, estéticas e contemplativas ou de processos militares, práticos e violentos. A colonização tem como significado (e alvo) fundamental a dominação do outro²⁷. Observe-se com atenção a explicação do autor:

(...) Sobre el efecto de aquella “colonización” del mundo de la vida se construirá la América Latina posterior: *una raza mestiza, una cultura sincrética, híbrida, un Estado colonial, una economía capitalista (primero mercantilista y después industrial) dependiente y periférica* desde su inicio, desde el origen de la Modernidad (su “Otracara”: te-ixtli). El mundo de la vida cotidiana (Lebenswelt) conquistadora-europea “colonizará” el mundo de la vida del indio, de la india, de América. (...)²⁸. (grifos meus).

No entanto, salienta-se que o domínio dos corpos não era suficiente. Por isso, no intuito de complementar essa ação violenta, Dussel desloca a sua análise para outras duas figuras: a concepção de conquista espiritual entendida como a intencionalidade de exercer a dominação do imaginário do outro por meio da evangelização; e o eufemismo relativo ao encontro de dois mundos/culturas, pois tende a ocultar não só o clima de

²⁶ DUSSEL, Enrique. *1492: el encubrimiento del otro: hacia el origen del mito de la modernidad*. La Paz: UMSA. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación; Plural Editores, 1994. p. 13-22; 67-81.

²⁷ *Ibidem*, p. 23-53.

²⁸ *Ibidem*, p. 50.

violência e destruição, mas também encobre, desde um manto de relações harmoniosas, a hierarquia imposta apesar da resistência dos povos originários, cujas alteridades foram negadas, ou seja, encobertas como “o mesmo”²⁹.

Dussel diferencia suas noções de «Modernidade» e de Mito da «Modernidade» e, assim, propôs um caminho metodológico para refletir sobre as práxis colonialistas que envolvem ambos os conceitos. O oposto deles seria a Transmodernidade, que se baseia na crítica do autor aos termos supracitados, sem se esquecer do eurocentrismo, que também foram fustigados por Quijano através do conceito colonialidade e da categoria de análise, especificada por ele, colonialidade do poder.

O ponto de partida de Quijano está ligado com as argumentações levantadas por Dussel sobre o nascimento da modernidade. Neste sentido, Quijano afirmou que: “A América constitui-se como o primeiro espaço/tempo de um padrão de poder de vocação mundial e, desse modo e por isso, como a primeira identidade da modernidade. (...)”³⁰ A explicação essencial sobre esse novo padrão de poder mundial estabelecido na América está sustentada em codificar as diferenças entre conquistadores e conquistados através do que o autor define como a ideia de raça; e também na capacidade de articular o controle do trabalho (basicamente compulsório), dos recursos e dos produtos (incluindo os tributos fiscais) em função da acumulação primitiva do capital e das exigências de um mercado mundial³¹. Quer dizer, complementam-se as questões sociais, econômicas, políticas e ideológicas no ato de dominar o outro (que Dussel chama “o mesmo”). Para Quijano, neste contexto do século XVI (e nas centúrias seguintes) falar da modernidade na América significa discutir sobre os conceitos de raça e de colonialidade, porque são alicerces sólidos e efetivos dos mecanismos de dominação que interferiram nas relações intersubjetivas assimétricas e hierárquicas. Desde esse ponto de vista se expressou o autor:

De este modo, **raza**, una manera y un resultado de la dominación colonial moderna, pervadió todos los ámbitos del poder mundial capitalista. En otros términos, la colonialidad se constituyó en *la piedra fundacional del patrón de poder mundial capitalista, colonial/moderno y eurocentrado*. Tal colonialidad del poder ha probado ser

²⁹ *Ibidem*, p. 55-66

³⁰ QUIJANO, Aníbal. “Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina”. In: LANDER, Edgardo (org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117.

³¹ *Ibidem*.

**Subjetividades negras e pensamento acadêmico ocidentalizado:
Experiências de um professor afro-cubano em uma universidade brasileira**

*más profunda y duradera que el colonialismo en cuyo seno fue engendrado y al que ayudó a ser mundialmente impuesto*³². (negritas do texto original e grifos meus).

A colonialidade do poder reforça cada dia os seus vínculos com o eurocentrismo, pois, como explicou Quijano, isso está sustentado na forma que opera a perspectiva eurocêntrica de (auto) conhecimento – “(...) como um espelho que distorce o que reflete (...)”³³ – na experiência histórica da América Latina especificamente. Para o autor esse é um conflito de identidade no contexto da modernidade e, nesse sentido, exemplifica com o papel do Estado-nação moderno no território latino-americano. Houve lugares onde aconteceu um processo violento de homogeneização que revelaram um Cone Sul de preponderância branca e em outros diversos casos ficou demonstrado que ocultar a maioria indígena, mestiça e negra foi um sinal evidente da incompatibilidade desses sujeitos marginalizados com os valores ocidentalizados do Estado-nação moderno. Outro tópico polêmico relacionado com a gestão do Estado-nação, e para além da dependência histórico-estrutural, é o debate e prática dos movimentos revolucionários do século XX, que sem exceções seguiram os cânones eurocêntricos de orientação democrático-burguesa ou socialista, os quais o autor considera projetos revolucionários derrotados no mundo todo, por enquanto³⁴. Esse aspecto controverso ajuda a entender que as concepções de modernidade não são patrimônio das elites dominantes, mas também de grupos subalternizados que mostram interesse na subversão social para se tornarem na prática uma nova elite no poder.

As formas de se pensar sobre o tema da modernidade é um assunto que chamou a atenção de Quijano. Segundo ele, os discursos e narrativas defensoras da exclusividade e do protagonismo da racionalidade, a ciência e a tecnologia europeia na construção da modernidade nos espaços não europeus demonstram uma pretensão eurocêntrica e também provinciana, que ainda hoje é expressa. Por isso propôs um conceito diferente sobre modernidade, que está relacionado com a atualidade do sistema-mundo, ou seja, do padrão de poder mundial. Nesse cenário, dentro de cada âmbito da existência social operam quatro instituições hegemônicas universais – relacionadas entre si – com funções específicas de controle: a empresa capitalista

³² QUIJANO, Aníbal. “¡Qué tal raza!” In: Revista del CESLA, n. 1, 2000, p. 192.

³³ QUIJANO, Aníbal. Op. Cit., 2005, p. 129.

³⁴ *Ibidem*, p 130-139.

**Subjetividades negras e pensamento acadêmico ocidentalizado:
Experiências de um professor afro-cubano em uma universidade brasileira**

domina o trabalho (recursos e produtos); a família burguesa fiscaliza o sexo (incluindo recursos e produtos); o Estado-nação se adjudica o monopólio da autoridade (recursos e produtos) e a racionalidade eurocêntrica toma conta da intersubjetividade e tudo aquilo que ela acarreta³⁵.

Perante a modernidade travestida de euro(etno)centrismo, Dussel³⁶ e Quijano³⁷ propõem caminhos para quebrar esse espelho eurocêntrico no intuito de que o sujeito latino-americano deixe de ser (de ver-se como) aquilo que não é. O primeiro sugeriu o conceito de Transmodernidade como superação da interpretação dominante sobre o moderno e o segundo aludiu com veemência à emergência e operatividade atual de uma nova intersubjetividade tanto individual como coletiva, ou seja, a percepção da mudança histórica.

Entre as subjetividades negras e o pensamento acadêmico ocidentalizado

Nas páginas anteriores apresentei, com alguns detalhes, vários assuntos relativos ao pensamento acadêmico ocidentalizado e as críticas, que emanam desde o seu interior. Isto é, a Universidade. Gostando ou não, eu sou um intelectual e professor afro-cubano formado nesse tipo de instituição de Altos Estudos. Bebi e ainda bebo das diversas fontes produzidas e divulgadas pelo pensamento acadêmico ocidentalizado, do qual também herdei certos vícios processuais e existenciais. Isso explica o porquê da minha demora para encontrar a minha razão de pesquisar, professorar e me comportar intelectualmente: as relações raciais. Também esclarece a maior dilatação do meu tempo para assumir uma identidade hifenizada, cuja defesa orgulhosa constitui um conflito político no meu país: uma espiritualidade afrodescendente com matizes interessantes, criativos, controversos e contraditórios. Esse sou eu, um sujeito social que (a) cada dia tenta sobreviver/existir/resistir entre as exigências da sua própria subjetividade negra a flor da pele e do núcleo do pensamento acadêmico ocidentalizado, esse lugar onde me realizo profissional e socialmente.

As Universidades fundadas na diáspora desde o século XVI (e as centúrias seguintes) demoraram muito tempo para permitir o ingresso dos afrodescendentes

³⁵ *Ibidem*, p. 123-125.

³⁶ DUSSEL, Enrique. Op. Cit., p. 73.

³⁷ QUIJANO, Aníbal. Op. Cit., 2005, p. 124.

**Subjetividades negras e pensamento acadêmico ocidentalizado:
Experiências de um professor afro-cubano em uma universidade brasileira**

racializados como negros, ou seja, podemos dizer que a chegada de pessoas como eu a uma Casa de Altos Estudos é recente mesmo. Observe-se que até hoje na população universitária – mesmo com as ações afirmativas no caso brasileiro – ainda somos minoria, tanto os professores quanto os estudantes. Essa realidade objetiva e real é o resultado de dinâmicas históricas e sociológicas que continuam bem longe de serem subvertidas. Nesse contexto do novo milênio, adotei um compromisso intelectual que visa levar para a sala de aula em uma universidade brasileira³⁸ as subjetividades negras, que não tinham espaço em disciplinas de tom ocidentalizado.

Os posicionamentos enunciados por intelectuais e professores africanos e os nascidos na diáspora americana, como eu, constituem uma proposta que encara a racionalidade dominante manifesta no currículo de cadeiras teóricas e metodológicas que impactam diretamente na formação dos estudantes de História. Agora no Brasil existe uma legislação de ordem federal (isto é, a Lei 10.639 de 2003) que se pronunciou pela obrigatoriedade de estudar a história e a cultura africana e afro-brasileira. Observe-se como o tom dessa legislação continua sendo ocidentalizado no sentido generalizador e generalizante. O colonialismo mental daqueles que a criaram é evidente, pois não tinham como objetivo básico destacar a grandeza dessa proposta pós-Durban, mas complementar o regulamento sobre as diretrizes e bases da educação nacional registrado na Lei 9.394 de 1996. O poder legislativo do governo petista sancionou em 2003 o código jurídico supracitado, que é o resultado de um acordo de caráter político para satisfazer uma demanda dos movimentos negros do Brasil, que ainda lutam por se sentir representados no Ser e Caráter Nacional. Esse movimento social e popular está ciente de que uma coisa é a promulgação de uma norma lícita e outra muito distinta é a sua aplicação prática. Essa assimetria explica as dificuldades encaradas na implementação da Lei 10.639 de 2003, que ficaram mais profundas com o advento da Lei 11.465 de 2008, que inclui os grupos étnicos indígenas. Esse é o contexto das atitudes políticas multiculturalistas arquitetadas desde o poder, e o Brasil, como Estado-nação não é uma exceção.

Atualmente, o multiculturalismo tem funcionado como um discurso do poder no Brasil e se está mostrando mais efetivo que as narrativas da mestiçagem, oficializadas

³⁸ Agora pertenço à Universidade Federal de Rondonópolis (UFR).

pela Era de Vargas, que se mantém ocultas nas alocações multiculturalistas. Ambas as formas discursivas têm como ponto comum o ato de generalizar e ocultar as diferenças entre histórias, culturas e raças (entendidas como uma construção sociocultural). As leis federais 10.639/2003 e 11.465/2008 são importantes para a história contemporânea do Brasil, mas constituem uma manifestação multiculturalista por serem apresentadas como algo geral e generalizante dos universos africano, afro-brasileiro e indígena. Nesse sentido, é preciso ir na contramão, porque não podemos falar de uma história da África, de uma história da subjetividade afro-brasileira nem de uma história indígena. Cada uma dessas entidades – pensadas aqui como categorias de análise – trazem vários enfoques das suas histórias particulares, da sua integração a outras histórias e do elo que existe entre elas mesmas. Essa reflexão no sentido plural e complexa pode funcionar também quando inserimos as diversas noções do conceito de Cultura a serem aplicadas ao definido como africano, afro-brasileiro e indígena. Essa riqueza epistêmica, que impacta no currículo, é justamente a que deveria ser analisada dentro e fora da sala de aula. Por fortuna, vários profissionais brasileiros estão contribuindo para difundir esse conhecimento mais profundo sobre os sujeitos racializados e subalternizados.

As leis federais sancionadas em 2003 e 2008, a promoção de igualdade racial assim como também a discussão das relações raciais nas salas de aula das universidades e demais instituições de ensino são importantes e necessárias. Mas, tudo isso não será suficiente se for mantido dentro de espaços reduzidos. Por exemplo, no curso de História no qual trabalho note-se que para falarmos à vontade do denominado povo negro temos as disciplinas obrigatórias História da África (agora em três partes) ou o curso optativo Estudos Afro-brasileiros por citar dois casos. É isso o que impõem os discursos e narrativas das nuances da colonialidade (refletida no saber, no ser e no poder) em aliança com o multiculturalismo, ou seja, enclausurar os saberes em espaços considerados politicamente corretos e amparados por leis governamentais. Penso que essa discussão pode ser ainda mais rica e proveitosa quando levada a outras disciplinas de História, que não tenham inscritas uma nomenclatura aparente do legado africano nem das conflituosas atualidades do afro-brasileiro e indígena.

Senão vejamos, se durante algum semestre eu assumisse o encargo didático História da América II e propusesse um tema sobre a situação da população negra nos Estados Unidos no século XX, com certeza, dentre as fontes bibliográficas a

**Subjetividades negras e pensamento acadêmico ocidentalizado:
Experiências de um professor afro-cubano em uma universidade brasileira**

recomendar sua leitura estaria o livro de Carter G. Woodson, que descreveu uma época dessa nação quando o currículo do ensino de História não valorizava a contribuição do negro à pátria estadunidense, porque era inferiorizado, marginalizado e segregado pelos brancos³⁹. Além disso, o autor acrescentou que:

(...) Nenhum pensamento foi dado à história da África, exceto pelo fato de ter sido *um campo de exploração para o caucasiano*. Você pode estudar a história como foi oferecida no nosso sistema a partir da escola primária em toda a universidade, e *você nunca ouvirá a África mencionada, exceto no pejorativo*. (...) ⁴⁰. (grifos meus).

O testemunho de Woodson permite entender como essa prática de silenciamento, encobrimento, minimização e/ou tergiversação da história de espaços colonizados e marginalizados pelos brancos também foi aplicada em outros países da diáspora como Brasil e Cuba, por citar dois casos que tenho comparado na minha Tese de Doutorado. Esse é um caminho que percorro fazendo um esforço para ressignificar o ensino da História desde minha experiência profissional como professor universitário. O outro desafio, que já estou encarando, é justamente reler e reinterpretar os tópicos das Teorias da História inserindo as contribuições de autores africanos e outros nascidos na diáspora americana, o qual foi bem recebido pelos estudantes. Aliás, acho que, futuramente, se voltasse a ministrar alguma disciplina como Historiografia seria interessante fazer essa experiência.

Penso que enquanto as bases epistemológicas continuarem enraizadas nos saberes eurocêntricos a empreitada para subverter essa lógica será mais difícil. Observe-se que os encargos didáticos como Teorias da História, Historiografia, Metodologia Científica são exemplos-chaves de um pensamento acadêmico ocidentalizado, que está sendo sustentado em e através de códigos epistêmicos emitidos pelo espaço de poder branco denominado Norte. Além disso, observa-se que as bibliografias básicas das disciplinas supracitadas e de outras relacionadas com histórias nacionais, continentais e universais continuam pautadas pelos signos dos colonizadores.

Para uma disciplina como Metodologia Científica Joseph Ki-Zerbo seria um exemplo útil no intuito de refletir sobre métodos de tratamento de fontes na ciência histórica em um lugar de enunciação não ocidentalizado. Desde a perspectiva dele,

³⁹ WOODSON, Carter G. *A deseducação do negro*. São Paulo: Medu Neter Livros, 2018. p. 39.

⁴⁰ *Ibidem*.

No que concerne ao continente africano, é preciso reconhecer que o manuseio das fontes é particularmente difícil. Três fontes principais constituem os pilares do conhecimento histórico: *os documentos escritos, a arqueologia e a tradição oral*. Essas três fontes são apoiadas pela *linguística e pela antropologia*, que permitem matizar e aprofundar a interpretação dos dados, por vezes excessivamente brutos e estéreis sem essa abordagem mais íntima. *Estariamos errados, entretanto, em estabelecer a priori uma hierarquia peremptória e definitiva entre essas diferentes fontes*⁴¹. (grifos meus).

Observa-se que na proposta de Ki-Zerbo está a influência da Escola dos Annales, que defende o princípio da interdisciplinaridade ao articular a história com a linguística, a antropologia e a arqueologia. Além disso, o autor defendia outros três princípios-chaves⁴²: que a história seja vista do interior, ou seja, desde os africanos (um elemento descolonizador do conhecimento); fazer uma história dos povos africanos em seu conjunto, quer dizer uma concepção de história como totalidade; e evitar a configuração de uma ciência história excessivamente factual tratando com especial interesse o papel das civilizações, das instituições e das diversas estruturas (esses dois últimos aspectos foram defendidos com alguns matizes pelas gerações de *Annales*).

Outro elemento essencial do pensamento de Ki-Zerbo é sua convicção de que todas as fontes disponíveis para a pesquisa em história devem ter o mesmo grau de relevância sem cair naqueles dogmatismos de estabelecer uma ordem hierárquica. Inclusive, as fontes deveriam ser trabalhadas criticamente a todo momento como exige a ciência histórica.

No tocante a uma discussão sobre os métodos de pesquisa e os procedimentos de interpretação dos dados coletados, Ki-Zerbo demonstrou quanto o influenciou aquela polémica entre história e ciências sociais, especificamente antropologia e etnologia, travada na França no ano de 1958. Os protagonistas foram Fernand Braudel (que foi professor de Ki-Zerbo) e Claude Lévi-Strauss. No entanto, apesar de ter prestado muita atenção à temporalidade braudeliiana da longa duração quando era estudante de história e ciências políticas, Ki-Zerbo não escondia seu interesse na concepção materialista da história mesmo com ressalvas, pois não estava disposto a aceitar o dogmatismo que a atingia naquele momento. Mas, também não foram indiferentes para ele as mensagens

⁴¹ KI-ZERBO, Joseph. "Introdução geral". In: KI-ZERBO, Joseph (ed.). História geral da África I: Metodologia e pré-história da África. Brasília: UNESCO, 2010. p. XXXVI.

⁴² *Ibidem*, p. XLIX-LVII.

da pujante proposta levistrossiana. Então, quando destacava a relevância de saber como pesquisar os povos africanos sem escrita destacou a validade de tais abordagens científicas, haja vista que

(...) O método marxista, essencialmente histórico e para o qual a história é consciência coletiva em ação, insiste muito mais nas forças produtivas e nas relações de produção, na práxis e nas normas; o método estruturalista, por sua vez, quer *desvendar os mecanismos inconscientes, mas lógicos, os conjuntos coerentes que sustentam e enquadram a ação dos espíritos e das sociedades*. Bebendo dessas novas fontes, a antropologia será, esperamos, algo mais que uma Fênix que, em defesa da causa, haja renascido das cinzas de certo tipo de etnologia.⁴³ (grifos meus).

Nesse sentido, observa-se que Ki-Zerbo se mostrava afim das potencialidades da etnologia levistrossiana, que dentre vários aspectos atendia a estrutura linguística, cujos resultados de pesquisa sobre algumas sociedades antigas não europeias ágrafas foram marcantes no campo intelectual francês e estão expressos nas obras de Lévi-Strauss, tais como: *Tristes tropiques* (1955), *Anthropologie structurale* (1958) e a série de quatro volumes *Les mythologiques* (1964 – 1971). A postura epistêmica de Ki-Zerbo está longe de ser eurocêntrica, pois somente dava crédito a uma perspectiva científica que achava pertinente de ser aplicada à experiência africana, mas sem assumi-la acriticamente.

Na disciplina Teorias da História (e no futuro em Historiografia) já oportuneizei para os estudantes a leitura das contribuições de Ki-Zerbo, Kwame Anthony Appiah e Valentin Yves Mudimbe, cujas propostas de se pensar África são interessantes e foram produzidas em ambientes universitários. Penso que valeu à pena tê-las debatido na sala de aula durante um Ateliê sobre cientistas africanos (isto é, atividade avaliativa que decidi criar para reviver as lembranças das minhas experiências acadêmicas em Cuba). Esses autores podem ser revisitados em outras disciplinas do curso de História como: filosofia, sociologia e antropologia.

Neste instante de produção textual, percebi como é interessante que Appiah, desde uma leitura política, e Mudimbe, imerso em uma longa reflexão sobre o conhecimento, aplicaram e abordaram – salvando as distâncias cabíveis na hora de elaborar um conceito – o mesmo termo usado por O’Gorman e Rabasa. Isto é, invenção. No caso de Appiah e Mudimbe o objeto de estudo é África enquanto O’Gorman e

⁴³ *Ibidem*, p. XLVII-XLVIII.

Rabasa refletiam sobre América. Além disso, observei que quando Appiah e Mudimbe entraram na discussão sobre modernidade na África, expressavam aquele interesse epistêmico de raciocínio crítico presente em Dussel e Quijano. E até vejo possível procurar pontos de contato entre Mudimbe e Rabasa no tocante às motivações deles com a crítica ao discurso colonial feita desde os autores pós-estruturalistas. Precisamente, os professores índios de origem bengali – conhecidos pelo enfoque de estudos subalternos – percorrem esse mesmo caminho. Gayatri Spivak está vinculada a essa perspectiva.

A minha troca com os estudantes, especificamente sobre os textos de Appiah y Mudimbe, foi importante para em um instante posterior de inspiração não só procurar essas conexões com outros pensadores destacados da América, mas focar nas opiniões deles sobre os discursos e narrativas da modernidade.

Por um lado, vemos que Appiah criticando a modernidade sublinhou que os africanos aprenderam uma lição com as ações do nazismo durante a II Guerra Mundial. Isto é, “(...) a falsidade da oposição entre uma 'modernidade' europeia humana e o 'barbarismo' do mundo não-branco. (...) soubemos que os povos brancos podiam tomar os instrumentos mortíferos da modernidade e usá-los uns contra os outros”⁴⁴. Essa afirmação foi proferida para além do perigo racista universal. Mudimbe, pela sua parte, questionava sobre uma oposição estática e binária entre tradição e modernidade na África. Então, afirmou que o conceito estático e pré-histórico de tradição foi um invento da episteme oitocentista europeia, que continuou operando no século XX. Ao seu ver, “(...) tradição [*traditio*] significa descontinuidades através de uma continuidade dinâmica e possível conversão de *tradita* [legados]. Como tal, faz parte de um momento histórico. (...)”⁴⁵. (grifos do texto original). Observe-se que o autor se posicionou ante um debate que agita não somente os estudos africanos.

Desde outra perspectiva, Cheikh Anta Diop também analisou o peso da tradição na África por meio de um exemplo: o matriarcado, entendido como um sistema resultante de uma estrutura de organização política e social (isto é, a exclusividade na filiação e no direito à herança) ao interior de uma vida sedentária e agrícola no berço

⁴⁴ APPIAH, Kwame Anthony. *Na casa do meu pai: a África na filosofia da cultura*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997. p. 24.

⁴⁵ MUDIMBE, Valentin Yves. *A invenção de África. Gnose, filosofia e a ordem do conhecimento*. Ramada: Edições Pedagogo; Luanda: Edições Mulemba, 2013. p. 234.

meridional africano. O significado social de uma ou várias mães, que chega a ter um matiz sagrado nesse tipo de sociedade supracitado, como explica Diop, tem sido mal-interpretado desde o século XIX pelo pensamento acadêmico ocidentalizado, que define esse fenômeno social a partir da ideia de uma promiscuidade primitiva ou do denominado amazonismo, além de afirmar que a facilidade para se divorciar pode ser considerada um traço de inferioridade e/ou um reflexo de costumes dissolutos. Além disso, Diop ressaltou que a importância do pai das crianças não é invisibilizada. Portanto, de acordo com o autor, observe-se que essa dinâmica social revela o nível de desenvolvimento de uma sociedade que confere idênticas oportunidades aos seus membros sem distinguir o gênero.⁴⁶ Essa prática tradicional de consenso familiar reflete como “A mulher africana, mesmo depois do casamento, conserva toda a sua personalidade e os seus direitos; esta continua a usar o nome da sua família, contrariamente à mulher indo-europeia que perde o seu para adotar o do marido”.⁴⁷

Diop, desde sua época de estudante universitário na França (finais da década de 1940 e inícios dos anos 1950), esforçou-se bastante em colocar África em uma posição dialogante *per se* com o tópico eurocentrado definido Antiguidade Clássica, que até hoje só inclui o Egito dos faraós. Assim, sua afirmação indo na contramão do costume acadêmico e artístico de se pensar um Egito Antigo embranquecido não foi do agrado na Sorbonne em 1951 e, por essa razão, demorou nove anos para obter seu diploma de Doutor em Ciências Sociais. Nesse mesmo ano de 1951, mas em Lyon a mais de 400 quilômetros de Paris, Frantz Fanon teve que escrever e apresentar uma nova Tese de Doutorado em Psiquiatria, pois a original que denunciava o racismo anti-negro à francesa foi rejeitada pela banca examinadora. Mesmo assim, o pensamento acadêmico ocidentalizado não conseguiu silenciar as ideias de ambos (os) intelectuais. Diop publicou seu livro *Nations nègres et culture* (1954) e, anteriormente (1952), foi editada a obra *Peau noire, masques blancs*, de Fanon. Tais contribuições foram impactantes no intuito de descolonizar o conhecimento. Ambos os autores também foram trabalhados naquele mencionado Ateliê sobre cientistas africanos.

⁴⁶ DIOP, Cheikh Anta. *A unidade cultural da África negra. Esferas do patriarcado e do matriarcado na Antiguidade Clássica*. Luanda: Edições Mulemba; Ramada: Edições Pedagogo, 2014. p. 43-45; 66.

⁴⁷ *Ibidem*, p. 44.

Além de Fanon, consideram-se importantes os aportes de Aimé Césaire e Albert Memmi (falecido neste ano de 2020) na crítica ao colonialismo durante a década de 1950. Ambos foram introduzidos em um minicurso que ministrei em 2018 sobre «Genealogia dos Estudos Pós-Coloniais e suas contribuições à ciência histórica»⁴⁸. Suas respectivas obras *Discours sur le colonialisme* (1955) e *Portrait du colonisé, précédé du portrait du colonisateur* (1957) também serão elencadas para discuti-las em sala de aula junto aos textos de Clóvis Moura, Muniz Sodré, Neusa Santos Souza e Abdias do Nascimento, que abordam o caso brasileiro contemporâneo. Durante o curso de pós-graduação lato sensu «Sociedade, política e cidadania na contemporaneidade»⁴⁹ tive a oportunidade de dialogar com os estudantes sobre as ideias desses pensadores afro-brasileiros, mas agora estou interessado em levá-los para a graduação. A minha subjetividade negra cresceu nos últimos anos quando decidi criar uma ponte entre essas leituras e os meus ofícios de pesquisar, professorar e me comportar intelectualmente desde a minha experiência, que inclui as complicadas relações intersubjetivas.

Tais exemplos me fazem pensar que devem existir vários lugares de enunciação das subjetividades negras dentro da Universidade como núcleo do pensamento acadêmico ocidentalizado, por excelência, estabelecido no espaço diaspórico. A saudosa Leyda Oquendo, por meio de um programa da rádio cubana, me fez entender que os sujeitos negros temos um direito humano ao conhecimento da nossa verdade histórica. Precisamente, a minha experiência como professor afro-cubano em uma universidade brasileira se sustenta nesse legado e em outros que não disse neste ensaio que aqui termina e que também constitui um ponto de partida para outras reflexões sobre ensino de História.

Referências Bibliográficas

APPIAH, K. A. *Na casa do meu pai: a África na filosofia da cultura*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

COPERNIC, N. *De revolutionibus orbium cœlestium/Des révolutions des orbés celestes*. Paris: Les Belles Lettres, 2015.

⁴⁸ Isso aconteceu durante o evento correspondente à XXI Semana de História 2018 “História em tempos de crise: discussões contemporâneas” que, sob o auspício do Departamento de História, seccionou no Câmpus Universitário de Rondonópolis da Universidade Federal de Mato Grosso.

⁴⁹ Cominstrei o Módulo “Negritude e desigualdades étnicas” (2019) junto a minha colega, a Professora Alice de Carvalho Lino Lecci.

- DESCARTES, R. *Discurso del método*. Madrid: Espasa Calpe, 2010.
- DIOP, Ch. A. *A unidade cultural da África negra. Esferas do patriarcado e do matriarcado na Antiguidade Clássica*. Luanda: Edições Mulemba; Ramada: Edições Pedagogo, 2014.
- DUSSEL, E. *1492: el encubrimiento del otro: hacia el origen del mito de la modernidad*. La Paz: UMSA. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación; Plural Editores, 1994.
- KI ZERBO, J. “Introdução geral”. In: KI ZERBO, Joseph (ed.). *História geral da África I: Metodologia e pré-história da África*. Brasília: UNESCO, 2010. p. XXXI-LVII.
- KUHN, T. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1994.
- MAQUIAVEL, N. *O príncipe*. Petrópolis: Vozes, 2015.
- MUDIMBE, V. Y. *A invenção de África. Gnose, filosofia e a ordem do conhecimento*. Ramada: Edições Pedagogo; Luanda: Edições Mulemba, 2013.
- O’GORMAN, E. *La invención de América: investigación acerca de la estructura histórica del Nuevo Mundo y del sentido de su porvenir*. México: Fondo de Cultura Económica, 1977.
- QUIJANO, A. “Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina”. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.
- _____. “¡Qué tal raza!” In: *Revista del CESLA*, n. 1, 2000, p. 192-200.
- RABASA, J. *De la invención de América. La historiografía española y la formación del eurocentrismo*. México: Universidad Iberoamericana, 2009.
- SANTOS, B. de S. “Um discurso sobre as ciências na transição para uma ciência pós-moderna”. In: *Estudos avançados*. São Paulo: Universidade de São Paulo, v. 2, n. 2, 1988, p. 46-71.
- WILLIAMS, E. *Capitalism and slavery*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 1944.
- WOODSON, Carter G. *A deseducação do negro*. São Paulo: Medu Neter Livros, 2018.

Recebido em: Março de 2021

Aceito em: Julho de 2021